LOGOS

COMUNICAÇÃO & UNIVERSIDADE

Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Uerj

PPGCOM

MEGAEVENTOS

Edição 40, n.24, vol. 1

E-ISSN 1982-2391 | ISSN 0104-9933

LOGOS

Nº24. 2014

40

Dossiê:
Megaeventos e espaço urbano

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UERJ

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/Rede Sirius/PROTAT

L832 Logos: Comunicação & Universidade - Vol. 1, N° 1 (1990)
- . - Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Comunicação Social,
1990 -

Semestral
E-ISSN 1982-2391 | ISSN 0104-9933
1. Comunicação - Periódicos. 2. Teoria da informação
-Periódicos. 3. Comunicação e cultura - Periódicos.
4. Sociologia - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio
de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social.

CDU 007

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

REITOR
Ricardo Vieiralves de Castro
VICE-REITOR
Paulo Roberto Volpato Dias
SUB-REITOR DE GRADUAÇÃO
Lená Medeiros de Menezes
SUB-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
SUB-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA
Regina Lúcia Monteiro Henriques
DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
Glauber Almeida de Lemos

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DIRETOR
Fernando do Nascimento Gonçalves
VICE-DIRETOR
Erick Felinto de Oliveira
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
Fabio Mario Iorio
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS
Ricardo Benevides
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TEORIA DA COMUNICAÇÃO
João Luís de Araújo Maia

LOGOS - EDIÇÃO 40, N. 24, V. 1

Logos: Comunicação & Universidade (E-ISSN 1982-2391 | ISSN 0104-9933) é uma publicação acadêmica semestral da Faculdade de Comunicação Social da UERJ e de seu Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) que reúne artigos inéditos de pesquisadores nacionais e internacionais, enfocando o universo interdisciplinar da comunicação em suas múltiplas formas, objetos, teorias e metodologias. A revista destaca a cada número uma temática central, foco dos artigos principais, mas também abre espaço para trabalhos de pesquisa dos campos das ciências humanas e sociais considerados relevantes pelos Conselhos Editorial e Científico. Os artigos recebidos são avaliados por membros dos conselhos e selecionados para publicação. Pequenos ajustes podem ser feitos durante o processo de edição e revisão dos textos aceitos. Maiores modificações serão solicitadas aos autores. Não serão aceitos artigos fora do formato e tamanho indicados nas orientações editoriais e que não venham acompanhados pelos resumos em português, inglês e espanhol.

EDITOR CONVIDADO
Prof. Dr. Ricardo Ferreira Freitas

EDITORA CHEFE
Profa. Dra. Leticia Matheus

EDITORES ASSISTENTES
Alessandra Maia e Flávio Lins

PARECERISTAS DESTE NÚMERO
Ana Lúcia Enne, Carla Rodrigues, Christina Ferraz Musse, Cintia SanMartin Fernandes, Patrícia Rebello da Silva, e Ricardo Ferreira Freitas

REVISÃO
Juracy Oliveira e Camila Mozzini

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Comunicação Social - PPGC - Mestrado em Comunicação
Revista Logos
A/C Prof. Dr. Vinícius Andrade Pereira (LCI)
Rua São Francisco Xavier, 524/10º andar, sala 10129, Bloco F
Maracanã - Rio de Janeiro - RJ - Brasil. CEP: 20550-013
Tel.fax: (21) 2334-0757. E-mail: logos@uerj.br

PROJETO GRÁFICO
Marcos Maurity e Samara Maia Mattos

DIAGRAMAÇÃO / EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Adriano Lopes Mendes

CAPA
Felipe Feijó

BOLSISTA DE EXTENSÃO
Ana Clara Alves

Sumário

Apresentação

Ricardo Ferreira Freitas

Dossiê - Megaeventos e espaço urbano

Grandi eventi e ricomposizione dello spazio urbano: per un'agenda di ricerca in una prospettiva geografica
Matteo Bolocan Goldstein, Matteo Bolocan Goldstein, Egidio Dansero e Mirella Loda

Mega Eventi e Città "Globali: le esposizioni Universali e le Città della Cultura
Donatella Strangio

Copa do mundo 2014: para que? E para quem?
Um estudo sobre a percepção do brasileiro sobre os principais objetivos e público-alvo envolvidos no planejamento de um megaevento esportivo
Márcio Oliveira Guerra e Ana Paula Moratori Ferreira

Megaeventos: a alquimia incontrolável da cidade
Ricardo Ferreira Freitas, Flávio Lins e Maria Helena Carmo dos Santos

Mídia e megaeventos esportivos: as cerimônias de abertura dos Jogos Olímpicos de Atenas-1896 a Londres-1948
Fausto Amaro, Filipe Fernandes Ribeiro Mostaro e Ronaldo Helal

Unfair players, ou "Da copa eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação": transformações nas formas de torcer/protestar a partir das reformas dos estádios para a Copa do Mundo 2014
Pedro Silva Marra

Cidade-empresa e megaeventos, uma construção discursiva sobre as cidades
Vania Oliveira Fortuna

A representação da cena urbana do bairro de Itaquera a partir das narrativas dos operários que trabalham na Arena Corinthians
Daniel Sena Serafim

O campo na Urbe: Festa do Peão Boiadeiro e a transformação de Barretos
Paulo Celso da Silva

Espaços urbanos e plateias virtuais: o Youtube e as transmissões de espetáculos ao vivo
Simone Pereira de Sá e Luiza Bittencourt

Temas Livres

Imagem urbana: um olhar antropológico sobre o ambiente londrinense
Sergio Marilson Kulak e Ana Paula Silva Oliveira

Apresentação

Os megaeventos estão em pauta. Por todos os lados das cidades envolvidas, a imprensa e demais atores da sociedade brasileira têm priorizado os megaeventos como notícia e assunto do cotidiano. Fenômeno de comunicação, os megaeventos habitam o imaginário urbano, marcam a memória do lugar, redesenham a cidade e se inscrevem na vida diária, criando e alimentando uma importante rede de comunicação. A educação, o trânsito, a saúde, a sustentabilidade, a segurança pública – são vários os aspectos da vida urbana que se movimentam em função da sua realização.

Apesar de o homem contemporâneo ter se acostumado a perceber o outro através de telas, como o celular e a televisão, e dentro de novos espaços, como shopping centers e condomínios fechados, ele continua desejando o contato presencial com diferentes pessoas, mesmo que seja de forma efêmera, na qual o espetáculo é um dos ambientes que as une. O fermento social proveniente de ajuntamentos de pessoas de diferentes procedências forma o ambiente para uma nova concepção de comunidade e de esfera pública que predomina nos megaeventos. Ao mesmo tempo, desvenda negócios legais ou escusos que ajudam a economia das cidades-sede a se desenvolverem exponencialmente. Para o bem e para o mal.

Os megaeventos têm mobilizado a sociedade brasileira, tanto em relação às mudanças que as cidades estão sofrendo como também em relação a uma nova pauta de negócios que se estabeleceu a partir da primeira década deste século. Os megaeventos funcionam, ao mesmo tempo, como produtos da indústria do lazer e como argumento político (por parte dos governantes, da FIFA e do COI) para uma possível reestruturação das cidades. No entanto, o que temos visto, muitas vezes, são processos de gentrificação que não resolvem os problemas dos cidadãos no cotidiano urbano. Nesse sentido, os eventos e suas reverberações têm exigido mais atenção das teorias da comunicação e das ciências sociais nos últimos anos, especialmente no Brasil. Ainda há uma certa dificuldade de se encontrar literatura quando tentamos discutir como os eventos interferem nas cidades e como a mídia processa esses acontecimentos.

Este número da revista LOGOS objetiva contribuir com a discussão e conta com a colaboração de pesquisadores internacionais e brasileiros de diferentes áreas de conhecimento como Comunicação, Economia, Geografia e Ciências Sociais. Os artigos versam sobre a organização dos megaeventos e suas influências econômicas e políticas nas cidades. Esta edição também oferece a seção Temas Livres com artigos instigantes sobre as imagens urbanas e as plateias virtuais.

Ricardo Ferreira Freitas

Dossiê

Megaeventos e espaço urbano

Grandi eventi e ricomposizione dello spazio urbano: per un'agenda di ricerca in una prospettiva geografica

Major events and recomposition of urban space: an agenda for research in a geographical perspective

Matteo Bolocan Goldstein

Politecnico di Milano, Dipartimento Architettura e Studi Urbani

Egidio Dansero

Università degli Studi di Torino, Dipartimento "Culture Politica Società", Centro di ricerca interdipartimentale Omero

Mirella Loda

Università di Firenze, Dipartimento di Storia, Archeologia, Geografia, Arte e Spettacolo

Introduzione

Qual è il rapporto tra i grandi eventi (GE) e i processi di "*scomposizione e ricomposizione territoriale della città contemporanea*"[1]? Se, al di là di aspetti intuitivi, proviamo ad esaminare il nesso fra i due elementi in una prospettiva geografica, ci accorgiamo rapidamente che la costruzione di un approccio sistematico è assai complessa, a partire dalla difficoltà di stabilire che cosa definisca un GE, e quali fenomeni – nella moltitudine di fatti, accadimenti, iniziative che coinvolgono le nostre città – possano a pieno titolo far rientrare in questa categoria. Leggendo gli autori che si sono cimentati nella costruzione di tassonomie dei GE (HALL, 1992; ROCHE, 2000; GUALA, 2007, GETZ, 2008) si osserva un progressivo allargamento del campo, e una tendenza a includere avvenimenti di natura, portata ed impatto assai differenti, dalle Olimpiadi, al recupero di *waterfront*, alla realizzazione di festival cinematografici. È possibile affrontare con le stesse categorie analitiche fenomeni talmente differenti?

Un approccio inclusivo ha certamente il pregio di far emergere interessanti elementi di affinità nella ricaduta che fatti apparentemente molto lontani fra di loro hanno sul tessuto e sulle dinamiche urbane. Ciò nonostante ci paiono opportuni alcuni punti fermi nell'approccio alla definizione dei GE, pena il dissolvimento degli stessi nel flusso incessante e multiforme degli accadimenti urbani e la perdita del valore euristico di questa categoria interpretativa.

Il primo di questi criteri attiene alla *temporalità* dell'evento. Un GE è un evento che si esplica in un arco temporale limitato, producendo un effetto di discontinuità e di eccezionalità rispetto al periodo precedente e successivo ad esso. Questo criterio è sostanziale e dunque irrinunciabile, indipendentemente dalla natura e dalla durata dell'impatto dell'evento sul territorio interessato.

Il secondo criterio attiene alla *spazialità* dell'evento. Nella categoria dei GE possiamo comprendere solo eventi che abbiano una forte valenza territoriale, sia diretta - in termini di strutture ed infrastrutture materiali e/o di flussi di capitali e persone – sia indiretta – per il tramite delle significazioni simboliche che l'evento veicola e del loro impatto sull'immaginario collettivo.

Il terzo criterio attiene al *carattere programmatico* dell'evento. Parliamo cioè di GE nel caso di eventi programmati che puntino alla realizzazione di un progetto. Questo criterio comporta l'esclusione dalla categoria di accadimenti che, pur producendo forte discontinuità e avendo un grandissimo impatto territoriale, non possono essere riconducibili ad un progetto circoscrivibile temporalmente e spazialmente, come guerre, attentati o calamità naturali; a meno di forzare eccessivamente il senso stesso della parola progetto. L'adozione di questo criterio selettivo riteniamo consenta

di assicurare una effettiva confrontabilità fra gli eventi considerati.

In questa direzione, il contributo sviluppa tre mosse distinte. Innanzitutto, esso delinea il campo di riflessione sui GE come un crocevia tematico significativo, esito di una pluralità di sguardi, approcci disciplinari e punti di osservazione. In questa ricognizione ci muove la consapevolezza della *natura essenziale* del *sapere geografico*: sia nei termini di una sua rinnovata capacità descrittiva dell'urbano – rispondendo in tal modo ad una domanda di *rappresentazione dei fenomeni*, tassello decisivo per ogni confronto egemonico sulla città – sia nei termini di una capacità della geografia di avanzare un'interpretazione "operativa" del mondo e dei suoi processi.

Questo aspetto introduce la *seconda mossa*, che costituisce la parte centrale e più rilevante del contributo: esplicitare alcune questioni chiave per contribuire alla messa a fuoco di un'*agenda di ricerca* multidisciplinare. Un'agenda da intendersi come stimolo critico per individuare (ed eventualmente condividere) nodi e problemi da approfondire alla luce dei processi che investono lo spazio urbano contemporaneo inteso come spazio conteso non solo socialmente e politicamente, ma anche dalla pluralità di saperi e di rappresentazioni che su di esso si esercitano.

La *terza mossa* conclusiva sottolinea la necessità – pratica e teorica – di una diversa politica dei GE, richiedendo, al tempo stesso, una diversa concettualizzazione dei processi di produzione del cambiamento urbano. Tali conclusioni confermano che un approccio geografico al tema dei GE permette di misurarsi con la crisi delle forme spaziali della mondializzazione e di muovere verso un approccio "ricompositivo" della città.

Il campo dei grandi eventi, convergenze tematiche e disciplinari

Se in Italia l'interesse per la tematica dei GE era già elevato per l'aver ospitato le Olimpiadi invernali di Torino 2006 (BONDONIO, GUALA, 2011; DANSERO, MELA, 2007; DANSERO, MELA, 2012), per il Giubileo e l'Ostensione della Sindone e altri eventi minori, recentemente tale interesse è ulteriormente cresciuto sia nel dibattito politico sia nel dibattito scientifico su dinamiche e politiche urbane e territoriali. L'approssimarsi della data dell'Expo di Milano, e il dibattito su ipotetiche candidature future di città italiane a Olimpiadi estive (con prima il ritiro nel 2012 e poi la riproposizione della candidatura di Roma in competizione con Milano), a fronte della crisi economica e politica, rappresentano certamente un fattore di forte spinta all'accostarsi alla tema. Nel contesto internazionale, una forte attenzione da parte del dibattito scientifico è stata innescata dalle Olimpiadi di Londra, città globale per eccellenza e, dopo i Mondiali di calcio in Sudafrica, dall'emergere di numerose città dei BRICS (il Brasile in particolare) e delle economie emergenti dell'Asia e del Golfo Persico come candidature di peso in grado di organizzare eventi sempre più complessi e costosi, a fronte della crisi che smorza gli entusiasmi e riduce le potenziali candidature di molte città europee

e nordamericane.

Lo studio dei GE si presenta come un campo di convergenza di molteplici sguardi disciplinari e specialistici, con diverse "porte d'ingresso". Vi sono generalmente, in relazione ad una specifica località implicata da un GE, gli esperti del contesto, che si attivano nello studio di impatti, effetti, ricadute dell'evento, sia nella fase ex-ante, di candidatura, sia in quella di preparazione, sia infine in quella ex-post di gestione dell'eredità. In Italia questo è stato il caso di Torino, di Milano e di Roma, che hanno visto e vedono protagonisti soprattutto gli "esperti" locali, che si accostano al tema dal punto di vista dello studio di processi e politiche urbane e territoriali. Vi sono poi gli studiosi specializzati nei contenuti dei differenti GE. Ad esempio, le Olimpiadi oltre ad essere una straordinaria opportunità di business, e di innesco di trasformazioni urbane e territoriali, continuano ad essere un evento sportivo, che interessa il variegato campo degli "sport and leisure studies". L'Expo ha un tematismo che cambia nel tempo, e quello di Milano, concentrato sul "nutrire il pianeta", stimola particolarmente studiosi di cibo, produzione e commercio agro-alimentare, per quanto da più parti si sottolinei, che il tema appaia decisamente in secondo piano, rispetto agli aspetti organizzativi, economici e immobiliari dell'evento in sé.

Il tema dei GE ha un interessante particolare anche per gli studiosi del turismo. Soprattutto il turismo culturale urbano si nutre e viene di continuo alimentato da eventi, e sempre più appare necessaria un'esplicita politica integrata degli eventi alla scala urbana e metropolitana. I diversi GE, pur nelle loro differenze, possono essere distinti soprattutto tra quelli che richiedono un forte investimento in infrastrutture, e lasciano in eredità (spesso problematica) un capitale fisso decisamente aumentato in termini di grandi contenitori, e gli eventi che si appoggiano invece su un capitale fisso esistente, e che in qualche modo sono uno strumento di gestione dell'eredità di precedenti eventi che l'hanno incrementato. Buona parte del turismo culturale urbano richiede di essere continuamente stimolato dalla costruzione di eventi di varia taglia (Dansero, Puttilli, 2010). Per i *tourism studies*, dunque, il tema dei GE è sempre più un campo di osservazione privilegiato e specifico.

Accanto a studiosi locali, esperti dei contenuti dei GE, esperti di dinamiche e politiche urbane o turistiche si sta consolidando nel tempo anche un crescente gruppo di esperti di eventi e di GE in particolare. Esiste una letteratura crescente di *event studies* (GETZ, 2008), multi e interdisciplinare, le cui fila si ingrossano nel tempo a partire dallo studio di singoli eventi locali.

Le ragioni di un approccio geografico

Possiamo distinguere tra una geografia *del* GE, guardando ai processi di territorializzazione del GE in uno specifico contesto spazio-temporale (DANSERO, MELA, 2007), oppure una geografia *dei* GE, interessata a cogliere, anche comparativamente, come medesime tipologie di GE (le Olimpiadi estive, invernali, le tipologie di Expo etc.) si rapportino a

differenti contesti territoriali (ad es. CHALKLEY, ESSEX, 1999; ESSEX e CHALKLEY, 2004).

L'interesse della geografia per i GE ruota certamente attorno alla interazione che i GE sviluppano con la dinamica urbana complessiva, alla loro capacità di farsi momento e strumento di trasformazione della città. Ogni GE è portatore di un progetto territoriale, più o meno articolato, più o meno esplicito: è interesse della disciplina decifrarne la natura ed esaminarne gli effetti socio-spaziali, con particolare attenzione alla relazione con la progettualità espressa dal "territorio di contesto" (DANSERO, MELA, 2007).

Nella letteratura sul tema dei GE si può osservare una progressiva migrazione di prospettiva, che procede di pari passo con un allargamento del campo di osservazione. In una prima fase degli studi l'attenzione si è concentrata sull'impatto fisico-spaziale diretto provocato dai GE, in forza degli episodi materiali che ne accompagnano lo svolgimento (edifici, strutture, infrastrutture); gli studi più recenti (in particolare a partire dai lavori di Hall, 1992) si sono dedicati in misura crescente ai cambiamenti indiretti, che insorgono come effetto delle valenze simboliche e culturali (GOLD, GOLD, 2011). Si è aperto così un ampio spazio di riflessione sul ruolo che i GE giocano (talvolta implicitamente) nell'invenzione o nella ridefinizione dell'immagine dei luoghi, riflessione che ha messo in luce l'intrinseca funzionalità dei GE alla nuova economia urbana imperniata sulle svariate pratiche di consumo e simboleggiata dalla "città vetrina" (HARVEY, 1989; AMENDOLA, 2006); in particolare è stata evidenziata la funzionalità dei GE alle strategie di marketing territoriale con cui le città competono per collocarsi nei ranghi più elevati della gerarchia urbana globale (KEARNS e PHILO, 1993; GIBSON, 2005).

In questo contesto è stata tematizzata in misura crescente anche l'importanza assunta dal grado di integrazione fra l'immagine del territorio veicolata dall'evento stesso – per lo più improntata alla retorica di una valorizzazione generica delle risorse – e l'immagine eventualmente promossa dal territorio in una prospettiva che precede (dovrebbe precedere) l'evento e che continua (dovrebbe continuare) dopo di esso, immagine auspicabilmente costruita sulla messa in valore di specifiche risorse locali: quindi non solo (o non necessariamente) spettacolari opere architettoniche di richiamo internazionale, ma anche risorse ambientali, storico-artistiche, culturali, di saperi contestuali, ecc.

Poiché l'accezione attiva del termine "immagine" rimanda alla condensazione in chiave comunicativa di un progetto di sviluppo territoriale, interrogarsi sul grado di coerenza fra immagine propagata dal GE ed immagine costruita dal territorio ospitante equivale ad interrogarsi sulla misura in cui quest'ultimo riesce ad incorporare l'evento come occasione per accelerare e realizzare un proprio progetto di sviluppo (ESSEX, CHALKLEY, 1998;

PREUSS, 2004).

Un'agenda di temi e questioni aperte per la ricerca

In questo scenario, quanto mai ampio, di crescenti interessi disciplinari e tematici attorno ai GE è auspicabile un incremento di attenzione da parte della ricerca geografica, proprio per le valenze politiche economiche e sociali del tema e per il suo essere un punto di osservazione peculiare sulle dinamiche dello spazio urbano. Il rafforzamento di un'adeguata riflessione teorico-metodologica è un passaggio essenziale di questo percorso e le questioni che intendiamo segnalare alludono a un lavoro critico ancora in gran parte da compiere in relazione stretta con i processi che marcano la dimensione urbana contemporanea.

Riprendendo il concetto di evento in fisica, i GE possono essere osservati come dei "punti dello spazio-tempo". La loro caratteristica principale è la concentrazione nello spazio e nel tempo, oltre che la loro programmabilità, che li distingue da altri eventi, generalmente catastrofici, non programmabili, e difficilmente prevedibili/evitabili di origine naturale o antropica. Tale consapevolezza consente di introdurre alcune riflessioni in forma di questioni, di specifiche modalità di tematizzare i GE che mostrano indubbiamente un elevato grado di compenetrazione ma che possono essere argomentate in forma distinta e preliminare a qualsivoglia sviluppo in prospettiva di un'agenda di ricerca.

GE come territorialità aumentata

Eventi effimeri per antonomasia, i GE richiedono una preparazione lunga, per quanto sicuramente accelerata rispetto ad altre trasformazioni territoriali, con una scadenza determinata, e implicano lasciti, positivi o negativi, in tempi decisamente più lunghi. Parafrasando l'esperienza di una "realtà aumentata" consentita dalle ICT contemporanee, per i GE si potrebbe esplorare la suggestione di una "territorialità aumentata", dettata proprio da questa concentrazione/accelerazione di dinamiche, processi, relazioni tra attori.

Non è certamente questa la sede per affrontare il concetto di territorialità, tuttavia, a partire dalla prospettiva processuale di territorialità come proposta da Raffestin (RAFFESTIN, BUTLER, 2012),[2] ci limitiamo a segnalare l'intensità di relazioni locali e sovralocali con alterità ed esteriorità innescata dall'organizzazione e gestione del GE, come se la località ospitante aumentasse in pochissimo tempo le sinapsi, che si riducono e si atrofizzano nel post-evento se non vengono specificamente alimentate. L'organizzazione del GE può essere vista anche come una sorta di raddoppio del sistema territoriale, con la sovrapposizione al "territorio di contesto" del "territorio di progetto" (DANSERO, MELA, 2007; BERTONCIN, PASE, 2013), un sistema spaziale temporaneo con logiche territoriali e sociali proprie. Inoltre, ogni candidatura a un GE è il racconto di un territorio, connettendo passato e futuro, una rappresentazione, una vera e propria

costruzione di paesaggio, e nel tempo il GE stesso, nel suo rapporto con la località ospitante, diventa un meta-racconto.

GE come compresenza tra luoghi globali, mondi locali

I GE sono un fenomeno squisitamente geografico, in quanto manifestazioni sportive, culturali, politiche e in ultima analisi economiche che hanno bisogno di un punto nello spazio-tempo per potersi manifestare e permettere all'organizzazione che ad essi sovrintende di esistere. Il CIO non esisterebbe senza le Olimpiadi, che vengono definite attraverso un processo localizzativo complesso, che parte dalla selezione della località ospitante all'allestimento del palcoscenico olimpico attraverso un insieme di regole sempre più definite (DANSERO, MELA, 2012). Allo stesso tempo ogni Olimpiade è in qualche modo plasmata dallo specifico incontro con la località ospitante e lo stesso movimento olimpico è potenzialmente diverso dopo ogni GE, per quanto, come ogni struttura, tenda all'autoreferenzialità e alla riproducibilità del suo comportamento (TUERCO, 1988). Pur tra differenze considerevoli tra le diverse tipologie, i GE rappresentano un incontro/confronto/scontro dialettico tra mondi differenti, quello del GE e il contesto locale (con gli attori che si attivano sul/nel locale), con le sue dinamiche di potere e i suoi processi di inclusione/esclusione.

I GE possono essere visti come manifestazioni locali di processi globali, e viceversa come il tentativo di presenza del locale nel mondo, in una dialettica dall'esito non scontato che può andare dalla predazione e omologazione all'ibridazione. Sia pure per poco tempo entrambi i mondi si ospitano nel luogo comune del GE (DANSERO, MELA, 2007), coerentemente con la distinzione tra città mondializzate e mondializzanti, avanzata per sottolineare la dualità e ambiguità di processi (LEVY, 2008).

Attorno ai GE il dibattito politico e sociale è generalmente caratterizzato da dicotomie, tra retoriche trionfalistiche volte a compattare l'opinione pubblica attorno alla candidatura, e critiche radicali che vedono un GE, come le Olimpiadi, quale un parassita che si sposta continuamente di territorio in territorio per attirare risorse nel locale e risucchiarle (HAYES, KARAMICHAS, 2011; LENSKYI, 2000).[3] In queste rappresentazioni dicotomiche c'è un enorme spazio per la ricerca, non solo per una "geografia del principe", ma per un'analisi critica dei GE e per una politica multi e transcalare sui GE.

GE come radicamenti, non solo ancoraggi

Un tema di grande interesse per le località ospitanti e per le politiche urbane è la questione del radicamento territoriale dei GE o perlomeno dei loro effetti. Vi sono infatti eventi itineranti, come Expo, Olimpiadi, Mondiali di calcio, che ben difficilmente ritornano negli stessi luoghi, a meno che non si tratti di città come Londra, ed altri eventi periodici, discretamente legati ai luoghi, come competizioni sportive inserite in reti più o meno stabili (es. F1, MotoGp), fiere e saloni specializzati, o eventi ancor più strettamente legati ai

luoghi, come il Giubileo a Roma e l'esposizione della Sindone a Torino. Se per gli eventi una tantum il problema è di come gestire l'eredità materiale e gli effetti immateriali, per gli eventi ripetuti o ripetibili si tratta sempre più di strategie esplicite e programmate di radicamento territoriale. Il concetto di valore aggiunto territoriale (DEMATTEIS, GOVERNA, 2005) si presta particolarmente nell'analisi dei GE nel loro duplice rapporto con il territorio. Cosa il GE aggiunge al territorio e cosa il territorio può aggiungere al GE, contribuendo a riorientarlo in futuro (DANSERO, MELA, 2007). La tematica del radicamento riguarda in realtà ogni località, alle prese con i propri eventi, grandi e piccoli.

Sul piano teorico, la riflessione dovrebbe collegarsi al non recente ma ancora attuale dibattito internazionale su spazio dei luoghi e spazio dei flussi (CASTELLS, 1996; JESSOP, BRENNER, JONES, 2008), che ha visto particolarmente attivi anche i geografi. Le metafore utilizzate sono importanti. Quella del radicamento rivela tutta la contraddizione tra le logiche areali, incentrate sul contesto, e quelle reticolari, che ricercano rapporti più "leggeri" con le realtà locali. Alla metafora del radicamento, che rimanda a spazi solidi, terragni, si contrappone quella dell'ancoraggio, tipica di spazi fluidi, mobili. Proseguendo sulla metafora del radicamento essa può essere feconda per pensare che vi sono diversi modi di mettere radici. E che le stesse radici riescono a trarre tanto più nutrimento quanto più si diramano in legamenti esili, sottili, la cui forza è anche la quantità, la ridondanza.

GE come dinamismi squilibranti

I grandi eventi rappresentano indubbiamente una parte rilevante dei dinamismi socio-spaziali della realtà urbana contemporanea. Tuttavia essi possono innervarsi nell'economia locale, ma difficilmente possono sostituirsi alla mancanza di una traiettoria di crescita e innescare un processo di sviluppo autonomo. Inoltre, essi sono potenziali generatori di dissimmetrie socio-spaziali che si riflettono sulla geografica dello sviluppo urbano. Molti dei GE mostrano un intreccio non facilmente distinguibile tra dimensioni economiche e culturali dello sviluppo di una città. Al tempo stesso, come per ogni modalità d'uso intensivo dello spazio, le trasformazioni indotte dai GE rappresentano dei disequilibri (dei disallineamenti, potremmo dire) negli assetti – mai del tutto stabili – di una città. È interessante, a questo proposito riflettere sul *grado di coerenza* tra la candidatura di una città a ospitare un determinato evento e le politiche urbane esistenti; una coerenza spesso, solo, presunta retoricamente, trovandoci, invero, di fronte a scarti – talvolta significativi – tra la traiettoria di sviluppo della città, e i diversi quadri giustificativi a supporto del posizionamento dell'evento. E' importante lavorare analiticamente su tali scarti ma soprattutto prendere sul serio il fatto che lo sviluppo dei GE si propone come dinamismo che intacca la presunta stabilità nel tempo degli assetti spaziali/funzionali della città. Non c'è "piano complessivo" che tenga, gli stati

di equilibrio sono sempre parziali e definiti dai rapporti tra le forze in gioco e dalla distribuzione ineguale delle risorse nello spazio (MAZZA, 1984). Da questo punto di vista, l'organizzazione di un GE mette in movimento e incide sugli assetti, solo parzialmente in equilibrio, della città, rappresentando quindi un *punto di rottura* più o meno consistente di tale equilibrio parziale. Un disequilibrio negli assetti urbani che non implica affatto un giudizio di valore.

Tale perturbazione o anomalia nella traiettoria di crescita della città può essere infatti generativa di effetti di segno e contenuto diverso. Ma è opportuno precisarlo: i GE non rappresentano una soluzione nel governo dello spazio urbano ma, anzi, *pongono problemi di governo* rilevanti. Nel senso, che anche quando generano dinamiche virtuose nello sviluppo urbano, essi innescano disequilibri, i quali non sono affatto portatori di specifiche modalità di gestione e trattamento pubblico dei loro effetti. Questo aspetto rappresenta un importante tema geografico relativo all'emergere di una domanda di gestione spaziale dell'evento (e del post-evento), e di una ri-composizione in una prospettiva di medio periodo (si pensi al riuso degli spazi dei GE che da opportunità si tramutano spesso in costi per la collettività). E tutto ciò sembra avere a che fare con la mancata convergenza tra dimensione areale e dimensione funzionale nei processi di scomposizione urbana. Un evento come Expo 2015, ad esempio, radicalizza questa scomposizione di logiche, la rende ancor più intellegibile, provocando un notevole disequilibrio nel funzionamento 'normale' della geografia urbana. Esso emerge territorialmente, incidendo sulla traiettoria di crescita insediativa (la scelta localizzativa dell'Expo lungo la direttrice verso il Passo del Sempione è a questo proposito indicativa); ma incide anche sull'ordine reticolare dello spazio dei flussi (ad esempio, quelli che mobilitano relazioni significative per qualificare il tema centrale del GE, solo in parte gestibile dalla sola Milano).

GE come centralità urbane temporanee

I GE possono essere osservati come "funzioni/centralità" urbane temporanee ma, non per questo, prive di effetti essendo in grado di lasciare tracce materiali e simboliche persistenti. Tale prospettiva invita a riconsiderare il tema geografico delle "funzioni urbane" e la stessa nozione di "centralità" ad esse correlata.

I processi più recenti di cambiamento urbano evidenziano infatti l'indebolirsi di un'idea tardo moderna di "funzioni urbane" (spesso declinate in termini di "grandi funzioni") e, forse, anche al mutare della stessa domanda di centralità. Le funzioni urbane vivono infatti una sorta di *sradicamento* e, di conseguenza, la necessità di ripensare il proprio rapporto con il luogo nel mentre si riposizionano nei reticoli dinamici del mondo (si pensi alle università, come caso eclatante). Questo sembra valere anche per i GE come un'Expo, più di altri figli di una cultura modernista e funzionalista. Le funzioni trainanti il ciclo urbano contemporaneo sembrano proprio quelle in grado di reinterpretare

la loro centralità superando l'idea statica di contenitore immobiliare specializzato, in favore di un'interpretazione connettiva, 'intelligente' e non sempre permanente. Guardare da questa visuale alle trasformazioni della città dice qualcosa di più e di diverso dalla constatazione delle dinamiche insediate e delle quantità localizzate (tipica di una contabilità urbanistica), aprendo a un'*idea mobile della città e delle sue funzioni attraverso le scale* (TURCO, 2010). Un approccio, questo, che permette di confrontarsi simultaneamente con le dinamiche territoriali e funzionali che investono l'urbano in forma lacerante. Si pensi alle università, alle fiere, ma più in generale all'ampio spettro di organizzazioni funzionali che hanno segnato, in tempi e forme diverse, l'evoluzione insediativa/funzionale delle città. Per lungo tempo incorporate fisicamente nella realtà urbana vivono le potenti *pressioni della mondializzazione* in corso: da un lato, godendo di una rinnovata attribuzione di "autonomia funzionale" che impone loro di assumere scelte strategiche e di finalizzare la propria missione nell'economia-mondo; d'altro lato, subendo un contraccolpo spiazzante, una sorta di disancoraggio dal contesto locale nel quale avevano messo radici e rispetto al quale devono ora riconfigurare un rapporto spaziale e di senso.

La nuova nozione di *centralità urbana* deve dunque comprendere anche le dimensioni connesse a ciò che non è permanente, rileggendo in questo modo un ampio patrimonio disciplinare: dalla classificazione funzionale delle città alle varie misurazioni delle reti urbane, fino agli approcci più dinamici e connettivi *a là* Taylor. La rinnovata centralità delle città nei processi di mondializzazione (BRENNER, KEIL, 2006), si gioca quindi non solo su una molteplicità di dimensioni socio-economiche e infrastrutturali, ma anche sulla capacità dinamica di catturare GE e di gestirli in forma tale da generare effetti significativi e duraturi nel contesto locale. E proprio su questo fronte la geografia può recuperare le componenti endogene dello sviluppo urbano. Una lettura che, infatti, isolasse la rappresentazione dell'urbano come semplice nodo generatore di relazioni nelle reti lunghe (come l'assegnazione di un Expo), finirebbe per ridurre la città a plesso funzionale modellato secondo una logica geometrica astratta che neutralizza le dinamiche sociali insediate e stratificate nel tempo e nello spazio concreto. Diversamente, la città appare un campo di forze auto-organizzato, cioè in grado di tradurre la crescente complessità sociale ed economica in territorialità concrete e in spazi storicamente determinati. Inoltre, la produzione di nuove centralità (permanenti e temporanee) sembra un fattore decisivo della mondializzazione. In questa prospettiva è rilevante la distinzione tra *città mondializzanti* e *città mondializzate* (LEVY, 2008). Nella situazione attuale le città possono essere così prodotte attraverso il Mondo, e in questo risultare *città mondializzate*, o giocare un ruolo determinante nella loro costruzione – culturale, sociale, economica, urbanistica – affermandosi come *città mondializzanti*. Sebbene il Mondo si strutturi in modo fortemente gerarchico e polarizzato, tale distinzione rimane analitica; infatti, la realtà non propone mai in forma pura una delle due fattispecie. Ogni città è sempre l'esito

combinato delle due dimensioni al lavoro: quella di una mondializzazione che investe l'urbano e, diversamente, di una mondializzazione irraggiata dai dinamismi di una città. È in questa prospettiva che è possibile interpretare il ruolo e gli effetti dei GE.

GE come vettori di instabilità nel diagramma dei poteri locali

Un GE mette in tensione il campo del potere urbano definito dall'insieme delle relazioni cooperative e/o conflittuali tra gli attori mobilitati, e dagli effetti possibili sul funzionamento dei reticoli decisionali. Osservare i GE all'interno dei processi di regolazione sociale dello spazio permette non solo di considerare i loro specifici impatti spaziali, ma pure quanto gli attori mobilitati esprimano specifiche logiche strategiche di spazializzazione. I processi che determinano le geografie dell'*urban change* mobilitano, infatti, una pluralità di agenti che dispongono di risorse di diversa natura, i quali praticano le arene decisionali nel conseguimento di importanti poste, simboliche e materiali, anche specificamente spaziali. Nel caso particolare dei GE si assiste di frequente ad una verticalizzazione delle decisioni (via "decreto" e con logiche commissariali speciali) per corrispondere in termini efficienti al conseguimento di risultato in tempi certi e protetti. Questo aspetto connota l'organizzazione di GE di natura assai diversa (dai mondiali di calcio ad un'Expo, o un'Olimpiade) che mostrano – al tempo stesso – la ricerca di una forte *apertura* della città al mondo sotto i riflettori del palcoscenico internazionale e una *chiusura* potente del network decisionale e gestionale (talvolta repressiva, per celare i volti meno gradevoli della città) (BURBANK, ANDRANOVICH, HEYING, 2001).

Tuttavia, malgrado tale chiusura dei processi decisionali, la gestione di un GE segna una discontinuità profonda nella traiettoria di sviluppo di una città; una discontinuità che ha il pregio di mettere in tensione gli assetti di potere preesistenti e di riconfigurare (almeno in parte) i reticoli relazionali e operativi tradizionali. Inoltre, i processi che accompagnano l'organizzazione di un GE spesso esibiscono quel "doppio volto" che marca la strutturazione del potere nelle comunità urbane (BACHRACH, BARATZ, 1986); e ciò avviene con un tasso di visibilità del tutto insolito per i processi che caratterizzano le decisioni urbane; non fosse altro che per il grado di attenzione pubblica esercitato dai mezzi di informazione (si pensi, a questo proposito, agli scandali emersi nella vicenda dell'Expo 2015 a Milano).

Decisioni e non-decisioni, tendenze oligarchiche e aperture pluralistiche, meccanismi di *multilevel governance* e conflitti inter-istituzionali, problemi di coordinamento tra governo locale e commissari speciali, trasparenza e illeciti nella gestione: i GE sembrano condensare l'ampia gamma di pratiche politiche e negoziali che connotano le relazioni di potere in campo urbano. Tuttavia, da una prospettiva geografica, le dinamiche richiamate evidenziano anche specifiche modalità di territorializzazione attivate, in forma non sempre intenzionale, da parte di una molteplicità di attori. Non solo attori del *real estate*, ma una

pluralità di agenti che intervengono nei meccanismi di funzionamento del mercato urbano e che rendono visibile l'elevata conflittualità rispetto agli usi possibili dello spazio urbano: uno *spazio conteso*, nel quale la capacità regolativa del governo locale è posta duramente sotto pressione dall'azione di "governi privati" di varia matrice in una lotta incessante per l'egemonia (RAFFESTIN, 1983).

GE come eredità spaziale

Uno degli aspetti più interessanti che i GE rivestono per le discipline territoriali risiede nella *legacy*, negli apporti durevoli con cui il GE si intreccia stabilmente agli altri fattori della dinamica urbana, con cui esso partecipa alla scomposizione e ricomposizione territoriale della città (CACHMAN, HORNE, 2013). Nel post-evento si rinvengono infatti i segnali più significativi per valutare l'esito territoriale del GE, e nella sua gestione si vanno a collocare alcune scelte di importanza strategica.

Fra i casi in cui i GE mettono in moto un processo virtuoso di riqualificazione di intere aree, e quelli, all'opposto, in cui il GE si risolve in sperpero di risorse e denaro pubblico o, persino, grazie alla sospensione dei normali meccanismi regolativi e di controllo, in palestra di prova per pratiche produttive illegali, si dispiega una casistica tanto eterogenea, che sembra possibile venirne a capo solo se si adottano logiche di analisi che trascendono i GE. L'analisi dell'evento, specialmente qualora lo si voglia osservare da una prospettiva comparata, tende insomma a stemperarsi entro un ragionamento complessivo sul sistema locale e sui suoi meccanismi regolativi, che abbisogna di una visione multiscalare e di letture spaziali, sia reticolari che areali.

Lo studio dei GE assume allora una interessante valenza come lente d'ingrandimento, come evento paradigmatico per riflettere sulle traiettorie di trasformazione dei sistemi territoriali e urbani e sui possibili scenari di sviluppo. Posta la questione in questi termini, è possibile indicare tre snodi particolarmente utili per orientare la riflessione sull'evento e la valutazione di esso: la possibilità/capacità del sistema locale di sperimentare attraverso l'evento forme nuove di equilibrio nella costellazione degli attori, nuove geometrie di rappresentanza che interpretino in maniera capillare le istanze della popolazione locale, e traghettino la rete dei soggetti locali verso nuove e più inclusive forme di equilibrio; la possibilità/capacità del sistema locale di sperimentare attraverso l'evento forme nuove di governo del territorio, in grado di assumere una scala di analisi e di azione adeguata ai processi di metropolizzazione (una scala quindi tendenzialmente regionale); in ultimo, la possibilità/capacità del sistema locale di sperimentare attraverso l'evento soluzioni e risposte adeguate al radicale cambio di scenario imposto dalla crisi degli ultimi anni, quindi più attente alla gestione delle risorse ed al tema della sostenibilità.

Considerazioni conclusive

Ogni località dopo aver ospitato un GE dal forte impatto infrastrutturale, se esso non si è rivelato particolarmente disastroso già nell'eredità di breve periodo, è spinta ad accentuare una politica di attrazione di altri GE, anche solo per gestire l'aumentato capitale fisso infrastrutturale e l'aumentata capacità di *governance* locale. Ma i GE non sono neutri, ognuno di essi ha regole specifiche. Si rende dunque necessario per ogni città dotarsi di una politica dei GE più o meno esplicita che può anche ridursi alla scelta di non inseguire più altri GE oppure al selezionare le candidature, programmarle, indirizzarle verso una specializzazione e una caratterizzazione dell'identità locale, peraltro in continua ridefinizione.

Tuttavia una politica dei GE è necessaria anche alle scale regionali e soprattutto nazionali. Molti dei meccanismi di selezione delle località ospitanti delle diverse tipologie di GE richiedono un ruolo attivo del livello nazionale nel fare da filtro di potenziali località candidate o perlomeno di supporto a candidature forti e unitarie a livello nazionale. Non si tratta solo di gestire le candidature tra i diversi territori, ma anche di pensare e programmare le potenziali eredità, considerandola sia alla scala locale che regionale e nazionale.

Ancor di più una politica dei GE è necessaria alla scala internazionale, soprattutto presso gli organismi organizzatori degli stessi, che sono, come nel caso del CIO delle associazioni private con diverse modalità di coinvolgimento dei governi nazionali e delle organizzazioni specifiche (per le Olimpiadi i comitati olimpici nazionali e le federazioni sportive internazionali e nazionali). Uno dei problemi più seri che il CIO deve affrontare, e di cui è ben consapevole, è la spinta al gigantismo che porta a Giochi sempre più costosi e impattanti, restringendo altresì il campo delle località potenzialmente interessate. Con grande difficoltà e ritardo ad esempio il CIO ha adottato misure di politica ambientale, che si muovono su un piano tattico, di sostenibilità molto debole, non mettendo in discussione ad esempio il senso di tenere tra gli sport olimpici discipline come bob, slittino, salto, molto spettacolari e appetibili per la comunicazione video (tv e internet) ma che richiedono ad ogni edizione nuovi impianti costosi e dal forte impatto ambientale e dalla assai problematica eredità (DANSERO *et al.*, 2011). Una politica coerente con la scelta di mantenere questi sport tra le discipline olimpiche richiede regole forti dagli enti organizzatori rispetto all'eredità, con maggiori incentivi ad utilizzare impianti esistenti, anche in altre località e paesi, rispetto a costruirli ex novo, oppure incentivando la ricerca per soluzioni temporanee che possano essere facilmente smantellate dopo i Giochi. Ad esempio, considerando che ogni 2-3 edizioni circa le Olimpiadi invernali ritornano sulle Alpi non è più possibile accettare che vengano costruiti ulteriori nuovi impianti per questi sport dal basso numero di praticanti a fronte di una grande quantità di impianti dismessi e abbandonati su tutto l'arco alpino (tra gli altri Breuil-Cervinia, Cesana-Pariol, Sarajevo).

E' evidente che molte delle questioni accennate alludono a una tensione irrisolta tra meccanismi tradizionali di produzione dell'urbano e dinamiche in parte nuove come quelle relative al mercato mondiale dei GE. Tuttavia, le sollecitazioni devono essere collocate entro il quadro mondiale che squaderna una crisi dei meccanismi complessivi di accumulazione che si manifesta non solo in forma geograficamente differenziata nello spazio-mondo, ma che intrattiene proprio con le dinamiche di produzione dello spazio rapporti costitutivi (si pensi al fenomeno dei mutui *subprime* nel 2007). Il tutto nel quadro di un processo complessivo di produzione di ambiente costruito di eccezionale portata che ha investito, a partire dagli anni '90, paesi emergenti ed economie mature. Tale fenomeno – significativamente definito "fuori scala" per l'enorme volume di produzione/trasformazione di capitale fisso mondiale nell'ultimo decennio, non può quindi considerarsi estraneo alla crisi in ragione della stringente considerazione che la dinamica di "valorizzazione del suolo è inserita con grande forza nel processo di finanziarizzazione dell'economia globale: si tratta di un investimento fondiario puro, che può essere trattato come un derivato" (SAPELLI, 2011). Tali fenomeni contribuiscono potentemente, a riconfigurare le relazioni tra spazio e società, esibendo quanto gli effetti connessi alla nuova forma della rendita urbana rappresentino, oltre ad un problema storico e politico, anche un *rilevante problema geografico*: per gli effetti sconvolgenti sulla geografia urbana del capitalismo contemporaneo; per le dinamiche di ciò che si palesa come "rendita pura" che tendono a mutare le logiche spaziali di molti agenti che divengono, a vario titolo, attori fondamentali di uno dei cicli immobiliari più intesi nella storia del mondo; certamente portatori attivi di specifiche logiche di spazializzazione del capitale eccedente, per dirla con Harvey (2010). Se ciò che abbiamo richiamato sottolinea l'euforia immobiliare che ha caratterizzato la fase più recente è opportuno riconoscere che la pesante recessione in atto impatta significativamente sulla riproduzione spaziale del mondo, almeno nei termini di un significativo *disallineamento tra sviluppo economico e crescita immobiliare* che sembra un tratto emergente di quella "grande contrazione" che ormai investe non soltanto i paesi a capitalismo maturo (MAGATTI, 2011). In tale quadro, ai fenomeni di *shrinking* (OSWALT, 2006), si associano, ora, potenti fenomeni di contrazione della crescita globale e dei meccanismi economico-finanziari che hanno determinato la straordinaria produzione dell'urbano avvenuta negli ultimi decenni, evidenziando in questo modo uno scenario di *marcata instabilità geografica dello sviluppo economico e urbano alle differenti scale*; un'instabilità che investe le realtà urbane dei paesi ad economia matura, ma che al tempo stesso influenza le dinamiche di crescita di contesti ancora in grande espansione.

I fenomeni appena richiamati invitano a una riflessione critica su cosa si celi dietro la pervasiva immagine dell'urbanizzazione del mondo e alla rinnovata centralità dell'urbano dettata anche dal ruolo manifesto e apparentemente trainante dei GE urbani. Per quanto riguarda le città – in particolare quelle

statunitensi ed europee – i temi dell'organizzazione spaziale e funzionale dei GE, osservato come tassello (e veicolo) di più complessivi processi di *produzione e rigenerazione dell'urbano* possono rappresentare l'occasione per una riflessione specificamente geografica.

Nel concludere questo contributo che esplora alcune possibili tematizzazioni dei GE per rilanciare la discussione attorno ad un'agenda per la ricerca, non solo geografica, dei prossimi anni si può aggiungere un ulteriore spunto di riflessione che riguarda da vicino il modo in cui osserviamo il processo di cambiamento delle città, gli stessi occhiali con i quali osserviamo e concettualizziamo l'urbano e le sue dinamiche.

Ad un'analisi anche superficiale della storia urbana di molte città italiane ed europee si può facilmente notare come i GE abbiano un giocato un ruolo notevole nella trasformazione di parti importanti del tessuto urbano, intervenendo in alcuni momenti anche nella ridefinizione delle identità urbane. Rimanendo a Torino, l'assunzione del ruolo di capitale nazionale, la traumatica perdita dello stesso, le Esposizioni internazionali, i Giochi del Littoriale fascista, il Centenario dell'Unità d'Italia, i Mondiali di calcio di Italia '90, le Olimpiadi del 2006 hanno certamente rappresentato dei punti importanti nella storia urbana e hanno contribuito al ridisegno di parti significative della città.

La difficoltà che sempre si presenta nello studiare processi che sono continui, come il tempo, con strumenti analitici (ad esempio i dati statistici) che sono necessariamente discreti, assume una peculiarità tutta particolare nello studiare i GE come momento discreto potenzialmente notevole nel cambiamento continuo della città e del territorio. Occuparsi dei GE in quanto punti nello spazio-tempo, vuol dire adottare una chiave di lettura che passa dal continuo al discreto, per cercare di cogliere il senso di potenziale limite, discontinuità, punto di crisi. Occorre dunque una geografia discreta del cambiamento continuo, transcalare, una geografia politica critica che sappia leggere le possibilità e i limiti delle strategie di attrazione, radicamento e ancoraggio territoriale, che sappia svelare trasformazioni e processi esclusivi nell'ombra dei riflettori del GE, e che sappia ricordare, parafrasando Seneca, che "nessun (e) vento è favorevole per il marinaio che non sa dove andare"..

Referências Bibliográficas

AMENDOLA, Giandomenico. *La città vetrina e le nuove forme del consumo*. Napoli: Liguori, 2006.

BACHRACH, P., BARATZ, M.S. *Le due facce del potere*. Padova: Liviana Ed., 1986.

BERTONCIN, M., PASE, A.. "Territori di progetto: contributo per l'analisi di relazioni attoriali". *Rivista Geografica Italiana*, 120, 2013, pp. 1-14.

BONDONIO, P.V., GUALA, C. "Gran Torino? The 2006 Olympic Winter Games and the tourism revival of an ancient city". *Journal of Sport & Tourism*, 16, 4, 2011, pp. 303-321.

BRENNER, N., KEIL, R. (eds), *The global cities reader*. London and New York: Routledge, 2006.

BURBANK, M. J., ANDRANOVICH, G., HEYING, C. H., *Olympic Dreams: The Impact of Mega-Events on Local Politics*. London: Lynne Rienner Publisher, 2001.

CASHMAN, R., HORNE, J., "Managing Legacy", in FRAWLEY, S and ADAIR, D (eds), *Managing the Olympics*. London: Palgrave Macmillan, 2013, pp. 50-65.

CASTELLS, M. *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell, 1996.

CHAKLEY, B; ESSEX, S.. "Urban development through hosting international events: a history of the Olympic Games". *Planning perspectives*, 14, 4, 1999, pp. 369-394.

DANSERO, E., DEL CORPO, B., MELA A., ROPOLO I.. "Olympic games, conflicts and social movements: the case of Turin 2006", *in* G. Hayes, J. *Karamichas, Olympic Games, Mega-Events and Civil Societies*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011, pp.195- 218.

DANSERO, E., MELA, A.. "Olympic territorialization". *Revue de Géographie Alpine. Journal of Alpine Research*, 95 (3), 2007, pp.16-26

DANSERO, E., MELA, A.. "Bringing the Mountains into the City: Legacy of the Winter Olympics", Turin 2006, *in* LENSKYI, H., Wagg S., *A Handbook of Olympic Games*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012, pp. 178- 194.

DANSERO, E., PUTTILLI, M.. "Mega-events tourism legacies: the case of the Torino 2006 Winter Olympic Games - a territorialisation approach". *Leisure Studies*, 29(3), 2010, pp. 321-341.

DEMATTEIS, G., GOVERNA, F. (a cura di) *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità. Il modello SloT*. Milano: FrancoAngeli, 2005.

ESSEX, S., CHALKLEY, B.. "Olympic Games: catalyst of urban change". *Leisure Studies*, 17 (3), 1998, pp.187-206.

ESSEX, S., CHALKLEY, B.. *Mega-sporting events in urban and regional policy:* a history of the Winter Olympics, 19, 2, 2004, pp. 201-232.

GETZ, D.. *Event Studies. Theory, research and policy for planned events*. London: Elsevier, 2008.

GIBSON, Timothy A.. "Selling city living. Urban branding campaigns, class power and the civic good". *International Journal of Cultural Studies*, 8, n. 3, 2005, pp. 259-280.

GOLD, J.R., GOLD, M.M. (eds), *Olympic Cities*. City Agendas, Planning, and the World's Games, 1896–2016, second edition. New York: Routledge, 2011.

GUALA, C., *Mega eventi. Modelli e storie di rigenerazione urbana*. Rome: Carocci, 2007.

HALL, C. M., *Hallmark Tourist Events: Impacts, Management and Planning*. London: Belhaven Press, 1992.

HARVEY, D.. *The enigma of capital and the crisis of capitalism*. London: Profile Books, 2010.

HARVEY, D.. *The Condition of Postmodernity*: An Enquiry into the Origins of Cultural Change. Oxford: Blackwell, 1989.

HAYES G., KARAMICHAS J. (eds), Olympic Games, Mega-Events and Civil Societies. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

JESSOP, B., BRENNER, N., JONES, M., "Theorizing sociospatial relations". *Environment and Planning D: Society and Space*, 26, 2008, pp. 389-401.

KEARNS, G., PHILO, C.. *Selling places: the city as cultural capital. Past and present*. Oxford: Pergamon Press, 1993.

LENSKYI, H.J., *Inside the Olympic Industry. Power, Politics, and Activism*. NY: State University of New York Press, 2000.

LEVY, J. (a cura di), *L'invention du Monde. Une géographie de la mondialisation.* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2008.

MAGATTI, M., *La grande contrazione. I fallimenti della libertà e le vie del suo riscatto*. Milano: Feltrinelli, 2012.

MAZZA. "Progettare gli squilibri", *Controspazio*, 1984, 2-3.

OSWALT, P. (eds.) *Shrinking cities*, Kulturstiftung des Bundes – German Federal Cultural Foundation. Germany: 2006.

PREUSS, H. *The economics of staging the Olympic Games. A comparison of the Games 1972-2008*. Chelternham-Northampton: Edward Elgar, 2004.

RAFFESTIN, C., "Potere e territorialità", in Raffestin C. a cura di, *Geografia politica: teorie per un progetto sociale*. Milano: Ed. Unicopli,

1983.

RAFFESTIN, C., Butler S.A., "Space, territory and territoriality". *Environment and Planning D: Society and Space*, 30 (1), 2012, pp. 121-141.

ROCHE, M., *Mega-Events and Modernity: Olympics and Expos in the Growth of Global Culture*. London: Routledge, 2000.

SAPELLI, G.. "Tra rendita urbana e rendita finanziaria: la città a frattali", *Scelte pubbliche*, 2, 2011.

TURCO, A.. *Configurazioni della territorialità*. Milano: Angeli, 2010.

TUERCO, A.. *Verso una teoria geografica della complessità*. Milano: Unicopli, 1988.

1-Questo era il tema proposto da una delle sessione di lavoro del XXXI Congresso Geografico Italiano del 2012 (Milano, 11-15 giugno) alla quale gli Autori hanno preso parte in qualità di relatori e coordinatori. Lo scritto qui presentato è il frutto di una rielaborazione dei testi prodotti in quell'occasione alla luce del ricco dibattito sviluppatosi. Per quanto il testo sia frutto di una discussione comune, a Matteo Bolocan Goldstein si deve la scrittura dei par. 2.5-7 e 3,2; a Egidio Dansero dei par. 1.1, 2.2-4, 3.1,3.3; a Mirella Loda dei par. 0, 1.2, 2.8.

2-Raffestin, nella più recente pubblicazione, definisce la territorialità "as the ensemble of relations that humans maintain with exteriority and alterity, with the assistance of mediators. Said relations are maintained for the satisfaction of one's own needs, with the aim of attaining the greatest possible autonomy, that is the capacity to have aleatory relations with one's physical and social environment taking into account the resources of the system" (RAFFESTIN, BUTLER, 2012, p. 139).

3-Riprendiamo questa metafora dal documentario del regista Enrico Masi "The Golden Temple - Olympic Regeneration of East London" (2012).